

Senhores Acionistas,

A Diretoria Executiva da Mineração Rio do Norte S.A. (MRN), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta relatório com o resumo dos principais acontecimentos do ano de 2010, juntamente com as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes.

Principais destaques de 2010

Em 2010, foi construída a estrada de acesso à mina do Bacaba, com início de produção no mês de novembro, após a obtenção da respectiva Licença de Operação, em 11/11/2010. Em relação à implantação da mina do Bela Cruz, as obras de infraestrutura continuaram em 2010 e sua conclusão está prevista para março de 2011. A construção da estrada que fará a conexão entre o platô Aviso e a mina de Bela Cruz foi iniciada logo após a obtenção das autorizações ambientais, em julho de 2010. Estima-se que esta nova mina entre em operação em abril de 2011. As minas de Bacaba e de Bela Cruz substituem as minas de Almeida, exaurida em 2010 e de Aviso, que será exaurida em 2011, mantendo a capacidade atual de produção da companhia, de 18 milhões de toneladas por ano.

Produção e vendas

Em 2010, a MRN produziu 17,02 milhões de toneladas de bauxita, 9% acima dos 15,64 milhões de toneladas produzidas em 2009. As vendas somaram 17,46 milhões de toneladas, representando um aumento de 11,7% comparadas com o volume de 15,64 milhões de toneladas vendidas em 2009. Essa retomada foi em decorrência do aumento da demanda no mercado mundial de alumínio, após a crise enfrentada em 2009.

Do total de vendas, 63,37% (78% em 2009) foram destinadas ao mercado interno, suprindo as refinarias da Alunorte e da Alumar e 36,63% foram destinadas ao mercado externo como segue: 12,51% para os Estados Unidos, 9,39% para o Canadá, 11,34% para a Europa e 3,39% para o Suriname.

Os teores médios de qualidade do minério obtidos em 2010 foram de 49,15% de alumina disponível (49,73% em 2009) e 4,46% de sílica reativa (4,31% em 2009).

Gestão da qualidade

O Programa de Gestão da Qualidade na MRN é focado em treinamento e desenvolvimento de pessoas, gerenciamento da rotina e gerenciamento por diretrizes visando a melhoria permanente de seus processos.

O forte desempenho do Programa 5S é traduzido na qualidade da organização e arranjo das instalações da MRN, contribuindo para a prevenção de acidentes e a preservação do meio ambiente nos diversos locais de trabalho. De acordo com a metodologia do programa praticada na MRN, a empresa está dividida em 115 ambientes certificados em diferentes estágios, sendo 05 no 3ºS, 01 no 4ºS e 109 no 5ºS.

A empresa também conta com o envolvimento, o comprometimento e a motivação dos empregados da MRN e de empresas contratadas que participam voluntariamente do Programa CCQ (Círculos de Controle de Qualidade), proporcionando um ambiente de permanente evolução do programa, com excelentes resultados. Em 2010, o programa contou com 149 grupos, compostos por 804 circulistas, que concluíram 261 projetos de melhoria. Desde o início do programa, em 1997, foram concluídos 3.199 projetos. O programa conta com a adesão de 72% do quadro total de empregados.

Recursos Humanos

Em 2010, a produtividade por empregado foi de 14.412 toneladas, com um efetivo médio ao longo do ano de 1.181 empregados, sendo 83,19% originários do Estado do Pará e 2,73% dos demais estados da região norte, totalizando 85,92%. O efetivo médio de empregados oriundos de outros estados do país foi de 14,08%. Estes números refletem o compromisso da MRN em valorizar e desenvolver a mão de obra da região.

O projeto Ação & Bem Estar é realizado por uma equipe multidisciplinar constituída de profissionais de Educação Física e Nutricionista e com apoio médico do Hospital de Porto Trombetas. O compromisso permanente dessa

equipe multidisciplinar é proporcionar ao empregado um programa de treinamento individualizado que melhor contemple sua realidade e necessidade através da prática orientada e monitorada de atividade física, possibilitando uma melhoria do nível de saúde e consequente desenvolvimento de um hábito de vida saudável. Em 2010, foram 246 participante atendidos pelo projeto.

O Sistema de Gestão por Competências encontra-se em pleno desenvolvimento, estando focado em ações para eliminar gaps de formação técnica, administrativa e comportamental ou gerencial, buscando desenvolver as competências requeridas para os diferentes cargos. Em 2010 tivemos 94% dos planos de desenvolvimento cumpridos nos itens de treinamentos formais propostos.

Os treinamentos corporativos obrigatórios que norteiam a política da MRN dentro dos pilares Segurança, Saúde, Meio Ambiente e Qualidade fecharam o ano de 2010 com 64% dos empregados treinados (39% em 2009). Nos treinamentos operacionais, 461 empregados participaram de treinamentos em 2010, totalizando 29.331 homens/horas (foram 817 participações totalizando 32.011 homens/hora em 2009).

As parcerias com o SENAI e o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia - IFPA foram renovadas, dando continuidade aos cursos de capacitação e formação técnica. O processo seletivo do IFPA iniciou em 2010, onde 100 alunos farão os cursos técnicos nas especializações de Eletrotécnica, Mecânica e Mineração ao longo de 2011/2012.

Em 2010, 48 alunos concluíram no SENAI, os cursos de capacitação em Mecânica de Manutenção Industrial, Mecânica de Manutenção de Máquinas Móveis e Eletricista de Manutenção Industrial.

O Programa Jovem Aprendiz, realizado em parceria com o SENAI de Santarém, promove a preparação do jovem para o mercado de trabalho e, em 2010, contemplou 46 jovens do oeste do Pará.

Empregados da MRN e da comunidade contam com acesso a ensino universitário à distância através da parceria com a Universidade Federal do Pará - UFPA, com estrutura e facilidades disponibilizadas para os alunos em Porto Trombetas.

Na área de pós-graduação, uma parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) possibilitou o desenvolvimento dos programas de MBA Executivo em Administração de Empresas - ênfase em Finanças - e do MBA Internacional em Gerenciamento de Projetos. Ao todo, foram 40 alunos formados em 2010.

O Projeto E-learning teve sua implantação iniciada em 2010 tendo como objetivo disponibilizar e otimizar de forma interativa os treinamentos voltados para a qualidade, segurança e saúde ocupacional, meio ambiente e outros padrões da MRN. Os primeiros módulos do projeto estarão disponíveis em 2011.

Em 2010, a MRN realizou a pesquisa de Clima em parceria com a Great Place to Work obtendo as percepções dos empregados sobre os valores e atitudes que afetam a maneira pela qual as pessoas se relacionam na empresa.

Neste ano, um diferencial dos anos anteriores foi a realização de grupos focais para medição qualitativa, além da quantitativa. A partir dos resultados da pesquisa, são desenvolvidas ações visando melhorar o índice de clima organizacional da empresa.

Segurança

As taxas de frequência de acidentes com efetivo próprio de 2010, comparada com 2009, estão na tabela a seguir:

ACIDENTES	Taxas de frequência (*)					
	MRN		CONTRATADAS		MRN+ CONTRATADAS	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Com afastamento	0,95	0,66	0,23	1,73	0,53	1,27
Sem afastamento	2,84	0,99	4,16	2,47	3,60	1,84
Total	3,79	1,66	4,39	4,20	4,13	3,11

(*) Acidente por um milhão de horas trabalhadas

Na construção da infraestrutura para a mina de Bela Cruz, onde trabalharam 900 pessoas no pico da obra, envolvendo atividades de alto risco, como terraplanagem e construção civil, foram registrados dois acidentes reportáveis de baixa gravidade. A gestão de obras tem um amplo programa de segurança que se iniciou na análise de riscos e continua com um forte programa de gestão de segurança.

As auditorias de certificação da norma OHSAS 18001 confirmaram a manutenção dos Certificados da MRN e das várias contratadas que já possuem essa certificação para suas operações em Porto Trombetas.

Saúde Ocupacional

Em 2010, a MRN consolidou a implantação do programa de Medicina do Sono, iniciado em 2008. Foram avaliadas 631 pessoas (281 em 2009), entre empregados da MRN, empregados de empresas contratadas e pessoas da comunidade. Foram utilizados exames de polissonografia e avaliações clínicas especializadas para identificação, diagnóstico diferencial, tratamento e acompanhamento evolutivo dos distúrbios do sono, que podem causar riscos para as atividades profissionais das pessoas, assim como impactos à qualidade de vida.

Ao longo de 2010, foram atendidos pela Medicina do Trabalho para realização de exames admissionais, demissionais, periódicos, mudança de função e retorno ao trabalho, 1.207 empregados da MRN (1.250 em 2009) e 4.142 empregados das contratadas (4.802 em 2009).

Meio Ambiente

Em dezembro de 2001, a MRN obteve a certificação na ISO 14.000. Em 2010, conforme prevê a norma, a MRN passou por um novo processo de auditoria e manteve o certificado da ISO 14.000:2004. Entre as principais atividades ambientais que foram desenvolvidas ao longo de 2010 destacam-se:

Reflorestamento de áreas mineradas

As atividades de reflorestamento foram realizadas em conformidade com as atividades de lavra previstas no plano anual de operações. No total, de 1979 a 2010 foram reabilitados cerca de 4.260ha, onde foram plantadas 8,5 milhões de árvores de 450 espécies nativas. Em 2010 foram reflorestados 232 ha.

As mudas a serem utilizadas durante o reflorestamento de 2011 foram produzidas durante todo o ano de 2010. A MRN produziu em viveiro próprio aproximadamente 450 mil mudas de 113 espécies arbóreas nativas, bem como orientou tecnicamente a produção de 60 mil mudas por viveiristas da região.

Programa de Manejo Integrado de Fauna

A MRN implementou o Programa Integrado de Manejo da Fauna, da área de influência do projeto de exploração mineral dos platôs na Floresta Nacional Saracá-Taquera (Saracá, Almeida, Aviso, Bacaba, Bela Cruz, Monte Branco, Papagaio e Periquito), envolvendo desde o manejo das espécies por meio de ações de resgate e afugentamento, o monitoramento do alcance dos impactos das atividades do empreendimento sobre as mesmas e, posteriormente, da efetividade das ações de controle implementadas. O objetivo do programa é o desenvolvimento dessas ações sobre as comunidades de anfíbios, répteis, aves, mamíferos e determinados grupos de insetos.

Os trabalhos de afugentamento e resgate são executados por profissionais do Zoológico das Faculdades Integradas do Tapajós (Zoofit), de Santarém, no âmbito do convênio da MRN com a instituição de ensino.

Monitoramento das áreas reflorestadas

As atividades de monitoramento das áreas reflorestadas (flora e solos), seguem o desenho amostral aprovado pelo IBAMA/ICMBio e têm como objetivo principal avaliar o sucesso do programa de reabilitação das áreas mineradas. As atividades foram e continuarão sendo executadas em todas as minas que se encontram nas fases de implantação, operação e descomissionamento.

Reabilitação dos tanques de rejeitos

A evolução do processo, desenvolvido pela equipe técnica da MRN com o apoio de renomadas instituições de ensino e pesquisa, tem sido muito positiva, conforme constatado através do monitoramento anual de diversos parâmetros físicos e biológicos da área.

Em 2010, após análise crítica dos dados obtidos ao longo de todos os anos de pesquisa e monitoramento desenvolvidos por consultoria especializada, definiram-se as seguintes linhas de pesquisa:

- Acompanhamento do índice de recuperação ambiental – IRA (índice de sustentabilidade) para os plantios.
- Monitoramento do desenvolvimento das espécies arbóreas usadas na revegetação dos tanques, inoculadas com bactérias fixadoras de nitrogênio e fungos micorrízicos selecionados durante os primeiros anos do projeto.

Programa de monitoramento de primatas

A MRN iniciou em março de 2010 o monitoramento de primatas nos platôs Bacaba, Belo Cruz e Almeidas. A previsão inicial para conclusão deste estudo é de 5 anos, sendo o mesmo conduzido por especialistas da Universidade Federal de Goiás.

Programa de monitoramento da fauna aquática na área de influência do Platô Bacaba

Foi iniciado, em março de 2010, o monitoramento de herpetofauna aquática e mastofauna aquática nas áreas de influência do Platô Bacaba (igarapés e lago Sapucaá). A previsão inicial para conclusão deste estudo é de 5 anos, sendo o mesmo conduzido por consultores da STCP Engenharia.

Projeto Epífitas, Hemiepífitas e Espécies Raras e Ameaçadas

O projeto teve início em 2001, mantendo-se até 2008 um banco de germoplasma de, aproximadamente, 60 espécies da família Orchidaceae e 15 espécies das famílias Bromeliaceae e Araceae, na área do Horto Botânico. Durante os primeiros 8 anos do projeto foram resgatados aproximadamente 17.000 exemplares. Em 2009, foram resgatados 19.000 espécimes das principais famílias epifíticas (Araceae, Orchidaceae e Bromeliaceae).

Foram 11.784 espécimes reintroduzidos nas áreas dos reflorestamentos que datam da década de 80. Além disso, 4.500 espécimes estão sendo cultivadas para recuperação fisiológica, pesquisa e/ou posterior reintrodução.

Processos de Licenciamento Ambiental

Em relação à abertura das novas minas Bacaba e Zona Leste (Bela Cruz, Monte Branco, Teófilo, Cipó, Greigh e Aramã), a MRN obteve em novembro de 2010 a licença de operação para a mina Bacaba assegurando produção até sua exaustão prevista para dezembro de 2012. Em junho de 2010, obtivemos a autorização de supressão da vegetação e licença de instalação para infraestruturas de apoio operacional previstas para a mina Bela Cruz, além da abertura da estrada de ligação até a mina Aviso, sendo continuadas as obras das instalações previstas para Aviso que atenderão a operação do platô Bela Cruz, cuja licença de instalação havia sido concedida em 2009. Obteve a renovação da licença de operação da mina Aviso que se encontra em operação desde 2002. A renovação é válida por quatro anos.

Em dezembro de 2010, a MRN obteve a licença de instalação para mina Monte Branco cujas obras estão previstas para iniciar-se a partir de abril de 2011 estendendo-se até final de 2012, estando em tramitação requerimento da autorização para supressão vegetal. As novas minas, instaladas nos municípios de Oriximiná e Terra Santa, são essenciais para a manutenção da capacidade de produção da MRN.

Relações com a comunidade

Dando continuidade ao seu Programa de Relacionamento com Comunidades, no ano de 2010, a MRN buscou estruturar e adequar seus projetos e ações educacionais, ambientais e sociais em um Programa de Educação Ambiental. Desta forma, foi estruturado o Programa de Educação Socioeconômico Ambiental (PES) da MRN.

O PES consolida as ações desenvolvidas na empresa, em Porto Trombetas e nas comunidades localizadas no entorno, focando na formação de valores e na ação, vislumbrando a transformação humana e social para a preservação ambiental e melhoria da qualidade de vida. No entanto, em paralelo ao alcance destes objetivos, o PES se dissemina transversalmente nos subprogramas de Saúde e Meio Ambiente; Educação, Cultura e Cidadania; Atividade Sustentável e Meio Ambiente.

No âmbito geral, os principais destaques do ano nesta área foram:

- Parcerias com a Prefeitura de Oriximiná para reforma do Hospital Municipal, implantação do sistema de distribuição de água do bairro Penta, manutenção de 75 km de estrada para escoamento de produção agrícola-extrativista.

- Através de parceria com a Prefeitura de Terra Santa, foi concluída e entregue à população uma escola que atendeu a uma demanda existente, incluindo mais de 400 alunos que ficariam fora da rede de ensino. A MRN estabeleceu também convênio com a prefeitura para reforma do prédio do hospital municipal, que será viabilizada em 2011.

- O Projeto Quilombo, em parceria com a Fundação Esperança de Santarém e a Prefeitura de Oriximiná, segue evoluindo com a redução da desnutrição infantil para 5% das crianças beneficiárias, contra 7% em 2009 e 39% em 1999, quando o projeto foi iniciado. Esse Projeto tem por objetivo levar saúde preventiva e curativa a 18 comunidades compostas por remanescentes de quilombos que habitam as margens do Alto rio Trombetas.

- O projeto de Móveis e Artefatos de Madeira de Oriximiná, parceria entre a MRN, o SEBRAE e a Associação de Moveleiros do município, que foi iniciado em abril de 2008, foi encerrado em 2010, tendo alcançado seus objetivos de melhoria de gestão e aumento da produtividade e da produção ampliando o mercado e, conseqüentemente, a renda dos moveleiros.

- A MRN estabeleceu nova parceria com o SEBRAE. Trata-se do projeto Meliponicultura (criação de abelhas nativas para produção de mel). Iniciado em junho, junto a comunidades do município de Terra Santa associadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o projeto visa preparar os comunitários para produção sustentável de mel de abelha, como forma alternativa de renda não agressiva ao meio ambiente.

Com investimentos de incentivos fiscais, a MRN patrocinou importantes programas na área cultural. Os Programas Cultura em Rede, Cultura na Escola e Raízes contribuíram para que as manifestações culturais ganhassem força e visibilidade regional. Além disso, os produtores culturais locais foram capacitados na elaboração de projetos e captação de recursos de fontes diversas disponíveis através de leis de incentivo estaduais e federais.

Ainda na área cultural, destacamos o patrocínio de projetos como: Produção de Réplicas e Catalogação de Prédios Públicos, iniciado em 2009, Projeto Circuito Universitário de Cultura e a gravação do primeiro CD da cantora Cristina Caetano, todos da cidade de Santarém-PA.

Em 2010, a MRN fez o seu primeiro patrocínio de programa esportivo, através da Lei Federal de Incentivo ao Esporte, firmando parceria com a OSCIP – Organização Social de Interesse Público “De Peito Aberto”, beneficiando mais de 500 crianças e adolescentes nos municípios de Terra Santa e Faro. O projeto contou com o apoio das prefeituras locais.

Aos Fundos Municipais da Criança e Adolescentes (FIA), foram doados recursos que suportaram mais de vinte projetos voltados a este público nos municípios de Oriximiná, Terra Santa, Faro e Obidos.

O Programa de Voluntariado Empresarial de Porto Trombetas (PVE) desenvolveu importantes projetos, como a implantação do Programa 5S (da Qualidade Total) no Hospital Maternidade São Domingos Sávio e nas movelarias do projeto Móveis e Artefatos de Oriximiná. Outras iniciativas tiveram continuidade com o apoio do PVE como, por exemplo, o projeto Odontologia Preventiva, que é conduzido por profissionais de Porto Trombetas e beneficia mais de 80 crianças de comunidades quilombolas.

Investimentos

Em 2010, a MRN realizou investimentos no total de R\$ 120,4 milhões. Esses recursos foram aplicados nos seguintes segmentos: controle ambiental (R\$ 21,3 milhões); pesquisa geológica (R\$ 3,6 milhões); substituição de equipamentos e atualização tecnológica (R\$ 9,8 milhões); segurança e saúde ocupacional (R\$ 4,4 milhões); abertura de novas minas (R\$ 74,4 milhões) e R\$ 6,9 milhões em outros projetos.

Resultados econômico-financeiros

Apesar das vendas em 2010 terem sido superiores a 2009 em 0,8 milhão de toneladas de bauxita (11,7%), a receita líquida do ano de R\$ 653,7 milhões, foi inferior a 2009 em R\$ 134,2 milhões (17%), devido ao menor preço da bauxita, cuja fórmula é lastreada na cotação do alumínio na Bolsa de Londres (LME), que provocou perdas de R\$ 140 milhões e ainda em virtude da queda da cotação do dólar em relação ao real, com perdas de R\$ 86 milhões.

O custo dos produtos vendidos ficou 12.3% acima do custo de 2009, devido basicamente ao maior volume de vendas e ao aumento de preço dos combustíveis, insumo de grande relevância nas operações da empresa.

O EBITDA foi de R\$ 213,9 milhões contra R\$ 386,8 milhões em 2009, com redução de 44,7%.

Em 2010, a MRN teve um prejuízo líquido de R\$ 9.2 milhões ante um lucro líquido de R\$ 46,3 milhões em 2009. Aliado ao pior desempenho operacional provocado principalmente pela queda de preços, a MRN teve que contabilizar em seu resultado o valor complementar relativo à adesão em 2009 ao REFIS, instituído pela Lei 11.941/09, em virtude de mudança de critério no cálculo estabelecido pela Receita Federal do Brasil.

A geração líquida de divisas em 2010 foi de US\$ 143.4 milhões e em 2009 de US\$ 108.1 milhões, oriundos da balança comercial (+US\$ 159.4 milhões; fluxo de capitais (-US\$ 13.5 milhões e pagamento de serviços (-US\$ 2.5 milhões).

Foram recolhidos aos cofres públicos em impostos e contribuições, incluindo retenções na fonte o valor de R\$ 145,8 milhões (R\$ 269,0 milhões em 2009), assim distribuídos:

	2010	2009
ICMS	17,6	27,8
Compensação financeira pela exploração de recursos minerais - CFEM	18,6	25,6
Pis e Cofins	12,0	43,4
Imposto de Renda e contribuição social sobre o lucro líquido	58,9	133,6
Contribuições previdenciárias	29,0	28,0
Outros impostos	9,7	10,6

Desafios

Os principais desafios da MRN para 2011 e para o horizonte dos próximos cinco anos são:

- Concluir as obras de abertura de novas minas e iniciar suas operações;
- Implementar projeto de melhoria nas instalações da planta de beneficiamento objetivando melhorar a qualidade do minério e o atendimento aos clientes;
- Aprimorar o planejamento estratégico da companhia;
- Aprimorar o programa de atração e retenção de talentos;
- Implementar a interligação da MRN ao sistema nacional de energia, conectando-se à linha de transmissão de 500 kv que interligará Tucuruí a Manaus.

A Diretoria Executiva da MRN agradece a todos que contribuíram para os resultados alcançados em 2010, especialmente, aos seus empregados e acionistas.

Porto Trombetas, 04 de fevereiro de 2011.

Diretoria Executiva

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais)
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ATIVOS CIRCULANTES				
Caixas e equivalentes de caixa	4	44.149	2.688	18.332
Contas a receber:				
Partes relacionadas	17	93.048	87.006	162.399
Terceiros		2.268	4.235	7.639
Estoques	5	33.887	38.993	39.806
Tributos a compensar	9	2.378	17.515	21.905
Depósitos judiciais	6	276.340	321.501	-
Outros ativos circulantes		5.314	6.924	5.726
Total dos ativos circulantes		<u>457.384</u>	<u>478.862</u>	<u>255.807</u>
ATIVOS NÃO CIRCULANTES				
Depósitos judiciais	6	455	504	573.803
Tributos a compensar	9	21.175	16.602	14.857
Impostos diferidos	14	25.095	23.870	13.554
Investimento		411	423	587
Imobilizado	7	896.209	879.075	891.429
Intangível	8	3.570	4.537	4.779
Total dos ativos não circulantes		<u>946.915</u>	<u>925.011</u>	<u>1.499.009</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1.404.299</u>	<u>1.403.873</u>	<u>1.754.816</u>
PASSIVO				
PASSIVOS CIRCULANTES				
Fornecedores		46.314	42.026	40.475
Empréstimos e financiamentos	10	423.171	403.650	378.943
Salários, provisões e contribuições sociais		21.324	20.752	19.210
Impostos a recolher	11	11.451	11.812	22.563
Imposto de renda e contribuição social a pagar		13.429	32.199	45.123
Dividendos a pagar	15	-	38.422	48.526
Provisão para reflorestamento e fechamento de minas	13	3.189	7.289	6.640
Outras obrigações		7.720	6.329	4.911
Total dos passivos circulantes		<u>526.598</u>	<u>562.479</u>	<u>566.391</u>
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES				
Empréstimos e financiamentos	10	167.704	112.194	213.621
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	11.597	1.573	89.164
Impostos a recolher	11	504	298	462
Provisão para contingências	12	42.553	68.235	67.196
Provisão para reflorestamento e fechamento de minas	13	67.467	57.129	57.579
Outras obrigações		543	27	158
Total do passivo não circulante		<u>290.368</u>	<u>239.456</u>	<u>428.180</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	15	488.484	488.484	483.353
Reservas de capital		6.829	6.829	11.960
Ajuste de avaliação patrimonial		(957)	(1.419)	(2.622)
Reserva de lucros		92.977	102.158	100.147
Lucros acumulados		-	5.886	167.407
Total do patrimônio líquido		<u>587.333</u>	<u>601.938</u>	<u>760.245</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.404.299</u>	<u>1.403.873</u>	<u>1.754.816</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por milhões de ações)

	Nota explicativa	31/12/2010	31/12/2009
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		653.680	787.904
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	16	(557.993)	(496.688)
LUCRO BRUTO		<u>95.687</u>	<u>291.216</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	18	(20.335)	(21.445)
Outras receitas operacionais, líquidas	19	30.559	6.039
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>105.911</u>	<u>275.810</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	20	30.478	34.799
Despesas financeiras		(42.711)	(44.338)
Atualização monetária processo fiscal - Lei 11.941/09		(74.139)	(165.134)
Variação cambial, líquida		9.712	75.924
		<u>(76.660)</u>	<u>(98.749)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>29.251</u>	<u>177.061</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	14	(29.871)	(111.028)
Processo fiscal - Lei 11.941/09		-	(118.241)
Diferidos		(8.561)	98.527
		<u>(38.432)</u>	<u>(130.742)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>(9.181)</u>	<u>46.319</u>
Lucro líquido do exercício por lote de 1.000.000 de ações (em R\$)		<u>(15,30)</u>	<u>77,20</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por milhões de ações)

	31/12/2010	31/12/2009
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(9.181)	46.319
Resultado de Hedge	700	1.823
Imposto de renda relacionado a componentes de outros resultados abrangentes	(238)	(620)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(8.719)</u>	<u>47.522</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Lucros Acumulados	Total
	Capital social	Incentivos fiscais	Isenção de Imposto Renda	Ajuste de avaliação Patrimonial	Legal	Isenção de Imposto Renda		
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2009	483.353	6.829	5.131	(2.622)	96.671	3.476	167.407	760.245
Pagamento de dividendos	-	-	-	-	-	-	(167.407)	(167.407)
Aumento de capital	5.131	-	(5.131)	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	1.203	-	-	-	1.203
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	46.319	46.319
Reserva legal	-	-	-	-	1.026	-	(1.026)	-
Reserva para aumento de capital - Isenção de IR	-	-	-	-	-	985	(985)	-
Dividendos propostos (R\$73,85 por lote de milhões de ações)	-	-	-	-	-	-	(38.422)	(38.422)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	<u>488.484</u>	<u>6.829</u>	<u>-</u>	<u>(1.419)</u>	<u>97.697</u>	<u>4.461</u>	<u>5.886</u>	<u>601.938</u>
Pagamento de dividendos	-	-	-	-	-	-	(5.886)	(5.886)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	462	-	-	-	462
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(9.181)	(9.181)
Absorção de prejuízo	-	-	-	-	(4.720)	(4.461)	9.181	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	<u>488.484</u>	<u>6.829</u>	<u>-</u>	<u>(957)</u>	<u>92.977</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>587.333</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31.12.10	31.12.09
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(9.181)	46.319
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		107.963	110.942
Provisão para contingências		(25.432)	(1.039)
Processo fiscal - Lei 11.941/09		74.139	283.375
Imposto de renda e contribuição social diferidos		8.561	(98.527)
Valor residual de ativo imobilizado baixado		770	1.706
Atualização monetária depósitos judiciais	20	(28.983)	(31.327)
Provisão para reflorestamento e fechamento de minas	13	5.716	4.485
Varição cambial e juros provisionados		(6.600)	(88.357)
Outros		(281)	(373)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(4.075)	78.797
Estoques		5.314	1.638
Depósito judicial		(76)	-
Tributos a compensar		10.564	2.645
Outros		1.610	(1.198)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		5.541	1.437
Impostos a recolher		(155)	(10.915)
Salários, provisões e encargos sociais		572	1.542
Imposto de renda e contribuição social		(18.770)	(12.924)
Provisão para reflorestamento e fechamento de minas	13	(4.945)	(4.286)
Outras obrigações e contas a pagar		1.907	2.865
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>124.159</u>	<u>286.805</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado e intangível		(120.721)	(99.977)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		<u>(120.721)</u>	<u>(99.977)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de empréstimos e financiamentos		488.439	242.492
Pagamento de empréstimos e financiamentos		(406.108)	(229.031)
Pagamento de dividendos	15	(44.308)	(215.933)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		<u>38.023</u>	<u>(202.472)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		41.461	(15.644)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Saldo inicial	4	2.688	18.332
Saldo final		<u>44.149</u>	<u>2.688</u>
INFORMAÇÕES ADICIONAIS			
Juros pagos durante o período		(33.600)	(33.004)
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(48.526)	(123.984)
Valores a pagar a fornecedores referentes à aquisição de imobilizado		2.493	3.746

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31.12.10	31.12.09
RECEITAS		<u>844.521</u>	<u>979.876</u>
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	16	734.033	901.674
Outras receitas		3.731	6.590
Receita de construção de ativos		106.757	71.612
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos ICMS, PIS e COFINS)		<u>503.472</u>	<u>384.263</u>
Custos dos produtos vendidos		479.550	360.682
Material e serviços de terceiros		23.922	23.581
VALOR ADICIONADO BRUTO		<u>341.049</u>	<u>595.613</u>
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		<u>107.963</u>	<u>110.942</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA SOCIEDADE		<u>233.086</u>	<u>484.671</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		<u>29.160</u>	<u>29.631</u>
Receitas financeiras e variações monetárias ativas		29.145	29.480
Outras		15	151
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		<u>262.246</u>	<u>514.302</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal:		<u>87.747</u>	<u>85.125</u>
Remuneração direta		72.187	72.706
Benefícios		7.669	6.662
F.G.T.S		7.891	5.757
Impostos, taxas e contribuições:		<u>117.503</u>	<u>265.113</u>
Federais		81.088	98.021
Federais processo fiscal - Lei 11.941/09		-	118.241
Estaduais		24.273	33.891
Municipais		12.142	14.960
Remuneração de capitais de terceiros		<u>66.177</u>	<u>117.745</u>
Juros e variações monetárias passivas		31.666	(36.905)
Juros processo fiscal - Lei 11.941/09		74.139	165.134
Reversão de contingências		(39.628)	(10.484)
Remuneração de capitais próprios		<u>(9.181)</u>	<u>46.319</u>
Dividendos propostos		-	38.422
Lucros retidos		(9.181)	7.897
TOTAL DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		<u>262.246</u>	<u>514.302</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais)
1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mineração Rio do Norte S.A. ("MRN" ou "Sociedade") é uma sociedade anônima ("S.A.") de capital fechado, localizada em Oriximiná - PA, cujos acionistas são a Vale S.A., Alcan Alumina Ltda., BHP Billiton Metais S.A., Companhia Brasileira de Alumínio, Alcoa Alumínio S.A., Norsk Hydro Brasil Ltda., Alcoa World Alumina LLC e Alcoa World Alumina Brasil Ltda. (Nota 15). Suas atividades consistem na extração, no beneficiamento e na venda de minério de bauxita.

As vendas de minério, efetuadas para os próprios acionistas da Sociedade, ou por meio deles ou para suas controladoras e ligadas, são regidas, por contratos de longo prazo, que estabelecem condições de mercado e equivalentes entre os acionistas. As quantidades vendidas para cada empresa são confirmadas anualmente e podem apresentar pequenas variações. Os preços praticados, em dólares norte-americanos, são calculados segundo fórmulas específicas. As contas a receber decorrentes da venda de minério têm prazo médio de vencimento de 30 dias. Caso o acionista adquirente não realize a compra da quantidade mínima de bauxita definida em contrato, a Sociedade poderá oferecer a referida quantidade a terceiros pelo preço definido pelo adquirente, desde que não seja inferior a 90% do preço definido em contrato. Nesse caso, a Sociedade será reembolsada da diferença de preço incorrida na transação. Além disso, se a quantidade mínima de bauxita que deixar de ser comprada não for produzida, o adquirente pagará à

Sociedade o equivalente à margem líquida que resultaria dessa transação, descontados os eventuais ganhos pela não-produção da bauxita que seria comercializada.

Em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade apresenta um capital circulante líquido negativo de R\$69.214, incluindo o depósito judicial do processo de redução de capital (Nota 6) no montante de R\$276.340 registrado no circulante, que resulta dos empréstimos captados para a realização do referido depósito judicial e dos dividendos pagos aos acionistas ao longo dos últimos exercícios. A Administração, baseada no plano de negócios da Sociedade, está convicta de que as operações comerciais que se realizarão nos próximos exercícios, bem como o levantamento do depósito judicial serão suficientes para atender aos compromissos de curto prazo. Além disso, a Administração avalia que a capacidade de geração de caixa da Sociedade permite a renovação dos empréstimos de curto prazo ou a troca para linhas de crédito de longo prazo.

A Sociedade gerencia suas relações com o meio ambiente como fator estratégico, tendo como premissa o pleno atendimento da legislação aplicável, e as diretrizes e normas internas. Adota rigoroso programa de gestão ambiental como forma de minimizar os impactos de sua operação de mineração, em conformidade com a norma ISO 14001, na qual é certificada tanto para suas operações industriais quanto para o núcleo urbano de Porto Trombetas, bem como atua de forma permanente no monitoramento, revegetação, desenvolvimento de mudas e atividades educativas voltadas para seus empregados e para a comunidade.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Sociedade adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40, emitido em 2009 para vigorar em 2010. As demonstrações financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2009 foram ajustadas e estão reapresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício atual.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

(CONTINUA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais)

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade são:

a) O caixa e equivalentes de caixa compreendem aos valores de caixa, bancos e aplicações financeiras que podem ser resgatados a qualquer tempo pela Sociedade. Essas aplicações estão classificadas como títulos para negociação e são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustado ao valor de mercado, com registro no resultado do exercício.

b) Os estoques estão avaliados ao menor valor entre o custo médio de aquisição ou extração e o valor líquido realizável. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzidos de todos os custos estimados para a conclusão e os custos necessários para realizar a venda.

c) O imobilizado e o intangível estão demonstrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As adições a partir de 1º de janeiro de 1996 estão avaliadas ao custo de aquisição.

A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear, com base na vida útil-econômica estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados uma vez a cada exercício ou sempre que há qualquer indicativa que estas estimativas não refletem a situação atual dos ativos. O efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os custos iniciais de exploração e desenvolvimento de jazidas minerais foram capitalizados, e a exaustão é calculada com base na relação entre o volume produzido e a capacidade estimada das reservas minerais. Os demais custos de exploração são reconhecidos nos custos de produção, quando incorridos.

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição e construção de ativos qualificáveis são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso.

d) Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelas taxas contratuais na data de encerramento dos exercícios.

e) A partir do exercício de 2005 iniciou a provisão para reflorestamento e fechamento de minas. Os gastos com a recuperação do meio ambiente e fechamento das minas são registrados levando-se em consideração os seguintes aspectos:

- Os gastos relacionados ao atendimento de regulamentos ambientais são capitalizados no ativo imobilizado quando incorridos em contrapartida à provisão para reflorestamento e fechamento da mina;
- A exaustão do ativo leva em consideração o prazo estimado de produção de minério;
- As estimativas dos custos são baseadas em estudos efetuados pela Sociedade conjuntamente com empresa especializada em gestão ambiental e estão contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa livre de risco de longo prazo;
- As estimativas de custos são revistas anualmente, com a consequente revisão do cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados em contrapartida com o resultado.

f) A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) foram calculados com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para IRPJ e de 9% para CSLL. O imposto de renda e contribuição social diferidos ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas e quando for provável sua reversão em futuro previsível.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", quando são registrados diretamente no patrimônio líquido.

g) As contingências passivas estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face às ações consideradas de êxito remoto.

h) Na elaboração das demonstrações financeiras da Sociedade, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente de sua moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem, exceto as variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão incluídas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos.

i) A receita é mensurada através do regime de competência, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Sociedade transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- A Sociedade não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para o Grupo; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

j) A Sociedade mantém uma operação de swap convertendo os encargos financeiros pactuados em contrato de pré-pagamento de exportação, equivalentes à taxa Libor acrescida de um percentual de juros, por taxas de juros prefixadas. A parte efetiva das mudanças no

valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como "hedge" de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial", no Patrimônio Líquido. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado na rubrica "Outros ganhos e perdas".

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de "hedge" é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

k) Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço.

l) A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça uso de estimativas e premissas relacionadas com o registro e a divulgação de ativos, passivos, receitas e despesas nas demonstrações financeiras. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas e premissas utilizadas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro da provisão para contingências, à provisão de reflorestamento e fechamento de minas, a vida útil dos ativos, a realização do ativo imobilizado e impostos diferidos, dentre outras.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

m) O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") novas e revisadas apresentadas abaixo. Em decorrência do compromisso do CPC e do CFC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo International Accounting Standards Board - IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória:

Modificação	Descrição	Adoção
Modificações à IFRS 1	Isenção limitada de divulgações comparativas da IFRS 7 para adotantes iniciais	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2010
Modificações à IFRS 1	Eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011
Modificações à IFRS 7	Divulgações - Transferências de ativos financeiros	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011
IFRS 9 (conforme alterada em 2010)	Instrumentos financeiros	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013
Modificações à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo da IAS 40	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012
Modificações à IAS 32	Classificação de direitos	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de fevereiro de 2010
Modificações à IFRIC 14	Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011

3. EFEITO DA ADOÇÃO DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO CPC

As demonstrações financeiras consolidadas (identificadas como Consolidado) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas de acordo com CPCs 15 a 41. A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa no 2 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial na data de transição, definida como 1º de janeiro de 2009. Segue a conciliação das diferenças encontradas no balanço de transição e na data do último período apresentado:

	02/01/2009 Data de transição	31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)
Total do Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	592.838	596.052
Dividendos não homologados até a data do Balanço	<u>167.407</u>	<u>5.886</u>
Total do Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis atuais	<u>760.245</u>	<u>601.938</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de caixa e equivalentes de caixa inclui caixa e bancos além de aplicações resgatáveis a qualquer momento sem perda do rendimento auferido, realizadas em instituições financeiras de primeira linha, como se segue:

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Caixa e bancos	3.287	42	61
Títulos e valores mobiliários (*)	40.862	2.646	18.271
Total	44.149	2.688	18.332

(*) Títulos e valores mobiliários compostos por certificados de depósito com instituições financeiras descritos a seguir:

Bancos	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Banco do Brasil	-	-	1.308
Bradesco	14.006	331	10.765
Santander	-	-	2.873
Unibanco	-	-	3.000
Votorantim	7.3418	-	-
Westlb	19.508	2.315	-
Total	40.862	2.646	18.271

As aplicações possuem rendimentos equivalentes a 100% do CDI.

5. ESTOQUES

O saldo de estoques era composto como se segue:

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Bauxita:			
Minerada	925	441	145
Britada	1.568	832	440
Lavada	4.340	5.125	3.633
Umida	6.023	18.152	15.003
Seca	2.080	874	2.267
	<u>14.936</u>	<u>25.424</u>	<u>21.488</u>
Materiais de consumo e outros	18.951	13.569	18.318
Total	33.887	38.993	39.806

6. DEPÓSITOS JUDICIAIS

O saldo de depósitos judiciais era composto como se segue:

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Tributos federais sobre operação de redução de capital (*)	276.340	321.501	573.622
Outros	455	504	181
Total	276.795	322.005	573.803
Circulante	276.340	321.501	-
Não circulante	455	504	573.803

A movimentação do ano é composta como se segue:

	2009	2010			
		Reversão	Baixas	Juros	Total
Redução de capital	321.501	-	-	(45.161)	276.340
Outros	504	7	(61)	5	455
Total	322.005	7	(61)	(45.156)	276.795

(*) Redução de capital

A Sociedade foi autuada pela redução de seu capital social realizada em 22 de julho de 1999. Em 16 de abril de 2003, a Sociedade recebeu a citação nº 021/2003 da Receita Federal, exigindo o pagamento deste Auto de Infração. Objetivando suspender a exigibilidade do crédito tributário, a Sociedade depositou judicialmente o montante de R\$316.011 em maio de 2003, para dar prosseguimento a esta causa na esfera judiciária.

Em 27 de maio de 2009 foi publicada a Lei 11.941/09, instituindo benefícios para pagamento e parcelamento de débitos junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Em 30 de novembro de 2009 a Sociedade optou por descontinuar o processo judicial e protocolou junto à Receita Federal de Santarém-PA, a adesão ao programa, constituindo em sua contabilidade a provisão para liquidação do processo, deixando o depósito registrado pelo valor líquido a ser resgatado.

Em 30 de dezembro de 2010 devido a novos entendimentos por parte da Receita Federal do valor devido, a Sociedade complementou a baixa do depósito judicial em R\$74.139.

O valor de R\$276.340 refere-se ao depósito líquido atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 2010. A Sociedade baseada na opinião de seus advogados espera levantar o referido valor em menos de um ano e, portanto, registra no ativo circulante.

7. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado era composto como se segue:

	Instalações industriais e gerais	Prédios e instalações	Máquinas e equipamentos	Ferrovias	Fechamento de mina Conforme extração	Jazidas Conforme extração	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em curso	Total
Taxa depreciação	5% a 10%	4%	10%	4% a 10%			10% a 20%	10% a 25%		
Saldo em 01/01/2009										
Custo	942.877	223.664	447.921	118.839	33.772	78.246	29.860	192.150	69.218	2.136.547
Depreciação	(530.357)	(159.534)	(295.280)	(100.372)	(3.774)	(12.377)	(20.183)	(123.241)	-	(1.245.118)
Líquido	<u>412.520</u>	<u>64.130</u>	<u>152.641</u>	<u>18.467</u>	<u>29.998</u>	<u>65.869</u>	<u>9.677</u>	<u>68.909</u>	<u>69.218</u>	<u>891.429</u>
Saldo em 31/12/2009										
Custo	953.014	227.612	461.330	117.811	33.772	91.164	31.294	211.703	85.048	2.212.747
Depreciação	(555.812)	(166.041)	(3.312.415)	(102.081)	(5.494)	(15.463)	(21.728)	(135.638)	-	(1.333.672)
Líquido	<u>397.202</u>	<u>61.571</u>	<u>129.915</u>	<u>15.730</u>	<u>28.278</u>	<u>75.701</u>	<u>9.566</u>	<u>76.065</u>	<u>85.048</u>	<u>879.075</u>
Saldo em 31/12/2010										
Custo	984.871	231.860	465.789	120.238	39.239	103.134	31.763	208.109	141.090	2.326.092
Depreciação	(590.306)	(172.294)	(361.870)	(105.498)	(7.207)	(17.944)	(22.383)	(152.381)	-	(1.429.883)
Líquido	<u>394.565</u>	<u>59.566</u>	<u>103.919</u>	<u>14.740</u>	<u>32.032</u>	<u>85.190</u>	<u>9.380</u>	<u>55.728</u>	<u>141.090</u>	<u>896.209</u>

CUSTO

	Instalações industriais e gerais	Prédios e instalações	Máquinas e equipamentos	Ferrovias	Fechamento de mina	Jazidas	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em curso	Total
Saldo em 01/01/2009	942.877	223.664	447.921	118.839	33.772	78.246	29.860	192.150	69.218	2.136.547
Adições	21.626	3.948	14.105	643	-	12.918	2.147	26.902	15.830	98.118
Baixas	(11.489)	-	(696)	(1.671)	-	-	(713)	(7.349)	-	(21.917)
Saldo em 31/12/2009	<u>953.014</u>	<u>227.612</u>	<u>461.330</u>	<u>117.811</u>	<u>33.772</u>	<u>91.164</u>	<u>31.294</u>	<u>211.703</u>	<u>85.048</u>	<u>2.212.747</u>
Adições	32.090	4.282	7.890	2.427	5.467	11.970	2.150	1.545	56.042	123.863
Baixas	(233)	(34)	(3.431)	-	-	-	(1.682)	(5.140)	-	(10.519)
Saldo em 31/12/2010	<u>984.871</u>	<u>231.860</u>	<u>465.789</u>	<u>120.238</u>	<u>39.239</u>	<u>103.134</u>	<u>31.763</u>	<u>208.109</u>	<u>141.090</u>	<u>2.326.092</u>

DEPRECIÇÃO

	Instalações industriais e gerais	Prédios e instalações	Máquinas e equipamentos	Ferrovias	Fechamento de mina	Jazidas	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em curso	Total
Saldo em 01/01/2009	530.357	159.534	295.280	100.372	3.774	12.377	20.183	123.241	-	1.245.118
Adição	35.612	6.507	36.820	3.379	1.720	3.548	2.277	18.903	-	108.766
Baixa	(10.157)	-	(685)	(1.670)	-	(462)	(732)	(6.506)	-	(20.212)
Saldo em 31/12/2009	<u>555.812</u>	<u>166.041</u>	<u>331.415</u>	<u>102.081</u>	<u>5.494</u>	<u>15.463</u>	<u>21.728</u>	<u>135.638</u>	<u>-</u>	<u>1.333.672</u>
Adição	34.687	6.276	33.333	3.418	1.713	2.481	2.272	21.781	-	105.962
Baixa	(194)	(23)	(2.878)	-	-	-	(1.617)	(5.038)	-	(9.751)
Saldo em 31/12/2010	<u>590.306</u>	<u>172.294</u>	<u>361.870</u>	<u>105.499</u>	<u>7.207</u>	<u>17.944</u>	<u>22.383</u>	<u>152.381</u>	<u>-</u>	<u>1.429.883</u>

(CONTINUAÇÃO)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais)

O saldo de imobilizações em curso refere-se a obras e equipamentos relativos às operações de rotina da Sociedade, em fase final de construção ou montagem.

Durante o exercício de 2010, a Sociedade capitalizou o valor de R\$2.511 relacionados a encargos financeiros incorridos na construção das minas Bela Cruz, Monte Branco e Bacaba.

A Sociedade optou por não reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (deemed cost) por entender que os saldos do imobilizado na data de abertura do exercício de 2009 representam seu valor justo.

Adicionalmente, a Sociedade efetuou revisão da vida útil estimada e do valor residual, não tendo havido diferenças que a Administração entendesse como significativas na data de abertura do exercício de 2009.

8. INTANGÍVEL

O ativo intangível era composto como se segue:

	Taxas de amortização (%)	2010			2009		
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Softwares	20	25.338	(21.768)	3.570	24.320	(19.783)	4.537
Total do intangível		25.338	(21.768)	3.570	24.320	(19.783)	4.537
		<u>Custo de software</u>			<u>Amortização</u>		
Saldo em 01/01/2009		22.388		Saldo em 01/01/2009		17.609	
Adições		1.935		Adição		2.176	
Baixas		(3)		Baixa		(2)	
Saldo em 31/12/2009		24.320		Saldo em 31/12/2009		19.783	
Adições		1.036		Adição		2.001	
Baixas		(18)		Baixa		(16)	
Saldo em 31/12/2010		25.338		Saldo em 31/12/2010		21.768	

9. TRIBUTOS A COMPENSAR

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
ICMS	12.196	11.137	9.841
PIS	2.026	2.613	2.604
COFINS	9.331	20.187	24.677
Total	23.553	34.117	21.488

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Circulante	2.378	17.515	21.905
Não circulante	21.175	16.602	14.857

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Moeda estrangeira	162.420	147.117	123.753
Moeda nacional	260.751	256.533	255.190
Total circulante	423.171	403.650	378.943

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Moeda estrangeira	55.540	104.472	202.540
Moeda nacional	112.164	7.722	11.081
Total não circulante	167.704	112.194	213.621

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Total de empréstimos e financiamentos	590.875	515.844	592.564

Os valores em moeda estrangeira correspondem a dólares norte-americanos captados para aquisição de máquinas e equipamentos, e os adiantamentos sobre contratos de câmbio para exportações futuras. Os referidos financiamentos estão resumidos como se segue:

Instituição	Saldo em			Data		Encargos
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	Captação	Vencimento	
Westlb	100.056	151.025	246.189	Fevereiro 2008	Agosto 2009 à Fevereiro 2013	Libor+Spread
Brasil	86.864	41.391	48.205	Dezembro 2009	Dezembro 2011	Libor+Spread
Bradesco	31.040	59.173	11.246	Dezembro 2009	Janeiro 2012	Libor+Spread
Itaubank	-	-	20.653	Março 2006	Março 2009	Libor+Spread
	217.960	251.589	326.293			

Os valores em moeda nacional são compostos como se segue:

Instituição	Saldo em			Data		Encargos
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	Captação	Vencimento	
Finame	9.788	10.807	10.716	Agosto 2006	Setembro 2015	TJLP+Spread
Brasil	125.217	-	-	Abril 2010	Abril 2011	CDI+Spread
Bradesco	125.488	251.132	251.457	Abril 2010	Abril 2011	CDI+Spread
Bradesco-hedge	1.586	2.316	4.098	Novembro 2008	Fevereiro 2013	3,98%
Finem	110.836	-	-	Março 2010	Janeiro 2017	TJLP+Spread
	372.915	264.255	266.271			

Brasil e Bradesco

Este empréstimo foi obtido para cobrir parte do depósito judicial relacionado à redução de capital (Nota 6).

Bradesco Hedge

Este contrato é referente a uma operação de swap para hedge de seu fluxo de caixa. Maiores informações na Nota 21.

Finem

Esse financiamento foi contratado junto ao BNDES, com o Agente Financeiro do Banco Itaú BBA, com o objetivo de apoiar as atividades de abertura das minas Bela Cruz, Monte Branco e Bacaba.

Garantias

Os financiamentos da Finame e Finem estão garantidos pelas máquinas e equipamentos financiados. Os demais financiamentos internos e externos não possuem garantias reais. Os adiantamentos de contrato de câmbio estão garantidos pelos recebíveis das exportações. Adicionalmente, os contratos externos prevêem que, na ocorrência de alterações nas leis do país da Sociedade que possam tornar qualquer parte do acordo de financiamento como inválido ou ilegal, o saldo devedor será considerado como vencido, devendo a Sociedade liquidá-lo dentro de dez dias da ocorrência das alterações na legislação local.

Westlb

O contrato de financiamento com a instituição financeira Westlb possui em sua cláusula 11.7 a utilização de cláusulas restritivas de atingimento de indicadores financeiros (covenants) como forma de monitoramento da capacidade financeira da Sociedade em cumprir com os compromissos da dívida.

Os covenants a serem cumpridos pelo contrato são:

a) A razão da sua dívida financeira líquida com o EBITDA (calculada com base nos quatro trimestres fiscais mais recentes encerrados) deve ser menor ou igual a 3,0.

b) A razão do seu EBITDA (calculada com base nos quatro trimestres fiscais mais recentes encerrados) com a despesa financeira líquida para esse período não deve ser inferior a 5,0.

Todos os covenants descritos acima são calculados com base nas Demonstrações Financeiras da Sociedade e vêm sendo atendidos.

A parcela registrada no longo prazo em 2010 dos financiamentos terá os seguintes vencimentos:

	Bradesco (Swap)	FINAME	FINEM	WESTLB	Total
2012	408	1.685	20.739	47.606	70.438
2013	12	1.685	20.739	7.934	30.370
2014	-	1.685	20.739	-	22.424
2015	-	1.265	20.739	-	22.004
2016	-	-	20.739	-	20.739
2017	-	-	1.729	-	1.729
Total	420	6.320	105.424	55.540	167.704

11. IMPOSTOS A RECOLHER

O saldo de impostos a recolher era composto como se segue:

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
CFEM - Compensação financeira a recolher	4.107	3.858	7.449
CSL - Exportação	504	298	462
PIS e COFINS a recolher	3.409	2.927	7.418
ICMS a recolher	1.735	2.612	4.290
Outros impostos a recolher	2.200	2.415	3.406
Total	11.955	12.110	23.025
Circulante	11.451	11.812	22.563
Não circulante	504	298	462

(*) CSLL exportação - O valor refere-se ao questionamento feito pela Sociedade por entender que seria imune ao pagamento da contribuição social sobre o lucro incidente sobre as receitas de exportação. Há uma liminar para que a Sociedade exclua tais receitas do cômputo do referido tributo, e efetue o pagamento através de depósito judicial.

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O saldo de provisão para contingências era composto como se segue:

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
CFEM	35.784	24.982	20.978
Salário educação	-	3.820	3.698
Honorários trabalhistas	120	33.653	27.558
Horonários advocatícios	6.649	5.780	14.962
Total	42.553	68.235	67.196

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais)

Resumo	2009		2010				Total
	Adições	Reversão	Utilizações	Atualizações	Subtotal		
Cíveis	5.780	3.878 (2.847)	(316)	154	869	6.649	
Fiscal	24.982	7.649 -	-	3.153	10.802	35.784	
Trabalhistas	37.473	3.167 (43.145)	(173)	2.798	(37.353)	120	
Total	68.235	14.694 (45.992)	(489)	6.106	(25.681)	42.553	

A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo principalmente questões tributárias, cíveis e trabalhistas.

A Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, constituiu provisão para contingências em montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis.

Provisões para contingências constituídas pela Sociedade:

Cíveis

Envolvem registros de honorários advocatícios para todas as causas com probabilidade de perda que não forem prováveis.

Fiscais

Refere-se à provisão para título de CFEM (compensação financeira pela exploração mineral) que são questionados pelo DNPM sobre a alegação de que a empresa deduziu gastos indevidos na sua base de cálculo.

O Banco Itaú BBA, através de uma carta de fiança, garantiu o pagamento de até R\$100.745, referente às quantias questionadas no processo de Cobrança 950.923/2007.

Trabalhistas

Em 2010 a Sociedade reverteu a provisão existente sobre os processos Salário Educação e indenizações trabalhistas, em virtude de decisões recentes nos tribunais durante o ano de 2010 e por ter julgamento favorável de seus advogados quanto ao ganho das referidas causas. Em 2009, a rubrica Indenizações Trabalhistas consistia principalmente em reclamações de horas itinere.

Além de ações judiciais que a empresa reconhece provisão para contingências, existem outros processos fiscais, civis e trabalhistas no valor de R\$3.539 (R\$723 em 2009), cuja probabilidade de um desfecho desfavorável foi estimado pelos assessores jurídicos como possível e nenhuma provisão foi reconhecida para esses passivos contingências.

13. PROVISÃO PARA REFLORESTAMENTO E FECHAMENTO DE MINAS

Conforme mencionado na Nota 2.e, a Sociedade, a partir do exercício de 2005 adotou à provisão para reflorestamento e fechamento de minas.

As obrigações da Sociedade com reflorestamento e fechamento de minas está relacionado com a obrigação de restaurar a floresta durante o processo de exploração do minério de bauxita. Portanto, a Sociedade registrou como provisão o valor presente dos gastos futuros estimados relacionados à área desmatada. Esta provisão está classificada no passivo circulante e no passivo não circulante de acordo com a data prevista para ocorrência das atividades. Em 2010 após revisão no plano de fechamento de mina, a Sociedade registrou no imobilizado o valor de R\$5.467 decorrente da entrada de novas áreas a serem recuperadas.

A provisão para reflorestamento e fechamento de minas apresentou a seguinte evolução:

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Saldo inicial	64.418	64.219	
Constituições:			
Imobilizado	5.467	-	
Resultado	1.336	118	
Atualização monetária	4.380	4.367	
Pagamentos	(4.945)	(4.286)	
Saldo final	<u>70.656</u>	<u>64.418</u>	
Circulante	3.189	7.289	6.640
Não circulante	<u>67.467</u>	<u>57.129</u>	<u>57.579</u>

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Sociedade goza de redução do imposto de renda (IRPJ) sobre a parcela dos lucros provenientes das operações de exploração, com base em limites variáveis de produção. O prazo da redução fiscal se extinguirá em 31 de dezembro de 2013, conforme determina a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, o imposto de renda e contribuição social apurados foram:

	2010			2009		
	IRPJ	CSL	Total	IRPJ	CSL	Total
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social (%)	29.251	29.251	-	177.061	177.061	-
Despesa de imposto de renda e da contribuição social	(7.313)	(2.633)		(44.265)	(15.935)	
Itens de reconciliação dos impostos:						
Isenção de imposto de renda	-	-	-	985	-	-
Doações/PAT	1.280	-	-	4.068	-	-
Processo fiscal lei 11.941/09	(18.535)	(6.673)	-	(159.524)	(14.862)	-
Outras adições/exclusões permanentes	(3.336)	(1.222)	-	72.647	26.144	-
Despesa registrada na demonstração do resultado	<u>(27.904)</u>	<u>(10.528)</u>	<u>(38.432)</u>	<u>(126.089)</u>	<u>(4.653)</u>	<u>(130.742)</u>
Corrente	(21.609)	(8.262)	(29.871)	(80.294)	(30.734)	(111.028)
Corrente processo fiscal - lei 11.941/09	-	-	-	(118.241)	-	(118.241)
Diferido	(6.295)	(2.266)	(8.561)	72.446	26.081	98.527

Os valores de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) diferidos passivos, registrados nas demonstrações contábeis, são provenientes de diferenças temporárias sobre a atualização monetária dos depósitos judiciais (Nota 6) a serem recolhidas em caso de êxito das ações em curso e aos valores referentes as provisões para contingências adicionadas no cálculo do imposto.

Os valores apresentados no balanço patrimonial são demonstrados a seguir:

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Impostos diferidos ativos			
Adições temporárias de provisões contingenciais e outros	73.809	70.206	39.865
Alíquota oficial	34%	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferido	<u>25.095</u>	<u>23.870</u>	<u>13.554</u>
Impostos diferidos passivos			
Atualização monetária dos depósitos judiciais	34.109	4.626	262.247
Alíquota oficial	34%	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferido	<u>11.597</u>	<u>1.573</u>	<u>89.164</u>

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital

Em 31 de dezembro de 2010, o capital autorizado da Sociedade era de R\$502.283 (R\$502.283 em 2009). O capital subscrito e integralizado, no valor de R\$488.484 (R\$488.484 em 2009), está representado por 200.000.000.000 de ações ordinárias e 400.000.000.000 de ações preferenciais, sem valor nominal, assim distribuídas:

	2010			
	Ações ordinárias (*)	%	Ações preferenciais (*)	%
VALE S.A.	80.000	40,0000	160.000	40,0000
Alcan Alumina Ltda.	25.000	12,5000	47.000	11,7500
BHP Billiton Metais S.A.	25.000	12,5000	63.800	15,9500
Companhia Brasileira de Alumínio	25.000	12,5000	35.000	8,7500
Alcoa Alumínio S.A.	16.250	8,1250	35.230	8,8075
Alcoa World Alumina LLC	10.000	5,0000	20.000	5,0000
Norsk Hydro Brasil Ltda.	10.000	5,0000	20.000	5,0000
AWA Brasil Ltda.	8.750	4,3750	18.970	4,7425
	<u>200.000</u>	<u>100,0000</u>	<u>400.000</u>	<u>100,0000</u>

(*) Milhões de ações.

O acionista que detiver um mínimo de 5% das ações ordinárias tem direito de indicar um membro no Conselho de Administração, e cada ação ordinária dá direito a um voto nas decisões tomadas pela Assembléia Geral dos Acionistas.

b) Reserva de Capital

A Reserva de Capital é composta pelo valor de R\$6.829 (R\$6.829 em 2009) referente a incentivos fiscais FINAM.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Foi criada a rubrica Ajuste de avaliação patrimonial, onde a Sociedade contabilizou em 2010 o valor de R\$462 (R\$1.203 em 2009) correspondente à parcela efetiva do ganho ou da perda acumulada resultante das variações no valor justo dos instrumentos de "hedge" contratados para "hedge" de fluxo de caixa (detalhes nota 21).

(CONTINUA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais)

d) Reserva de Lucro

d.1) Reserva Legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício, e não deve exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Sociedade vem constituindo a reserva legal seguindo as disposições constantes na Lei das Sociedades por Ações, e no exercício de 2010, esta reserva foi reduzida em R\$4.720 para absorver parte do prejuízo contábil do exercício.

	2010	2009
Saldo no início do exercício	97.697	96.671
Movimentação	(4.720)	1.026
Saldo no final do exercício	<u>92.977</u>	<u>97.697</u>

d.2) Reserva de Incentivos fiscais

Não houve em 2010, valores apurados sobre o lucro da exploração do cálculo do IRPJ pela sistemática do lucro real. Em 2009 foram destinados R\$985 para conta de Reserva de Incentivo Fiscal. O saldo existente de R\$4.461 foi utilizado para absorção de parte do prejuízo do exercício.

e) Dividendos

Aos detentores das ações ordinárias e preferenciais é garantido o direito a um dividendo anual mínimo de 6% do patrimônio líquido. Em dezembro deste ano foi pago o montante de R\$44.308 referente lucro do exercício de 2009. Por ter apurado prejuízo contábil de R\$9.181 em 2010, não haverá distribuição de dividendos.

16. RECEITA

A conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício, é a seguinte:

	31.12.10	31.12.09
Receita bruta de vendas		
Receita bruta – partes relacionadas	709.945	884.570
Receita bruta – terceiros	<u>24.088</u>	<u>17.104</u>
	734.033	901.674
Deduções da receita bruta		
Impostos incidentes sobre a venda	<u>(80.353)</u>	<u>(113.770)</u>
Receita Operacional Líquida	<u>653.680</u>	<u>787.904</u>

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas durante os exercícios estão refletidas nas demonstrações financeiras, como se segue:

a) Vendas de Minério

	31.12.10	31.12.09
Receita bruta		
Alcan Alumina Ltda.	31.269	25.974
Rio Tinto Alcan Inc.	168.576	136.624
Alcoa Alumínio S.A.	40.282	80.418
Alcoa World Alumina Ltda.	5.362	37.078
Alcoa World Alumina LLC – A.W.A.	21.133	7.042
Alunorte – Alumina do Norte do Brasil S.A.	272.522	439.369
BHP Billiton Metais S.A.	104.566	92.372
Vale International	39.467	12.014
BHP BMAG	26.768	52.955
Votorantim GMBH	-	724
Total da receita bruta com partes relacionadas	<u>709.945</u>	<u>884.570</u>
Mercado interno	<u>454.001</u>	<u>675.935</u>
Mercado externo	<u>255.944</u>	<u>208.635</u>

b) Contas a Receber

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Alcan Alumina Ltda.	7.775	4.084	3.586
Rio Tinto Alcan Inc.	12.219	16.745	17.600
Alcoa Alumínio S.A.	7.596	6.308	12.586
Alcoa World Alumina LLC – A.W.A.	1.013	-	1.783
Alcoa World Alumina Brasil Participações Ltda.	-	-	6.777
Alunorte – Alumina do Norte do Brasil S.A.	33.872	37.886	81.679
BHP Billiton Metais S.A.	18.974	13.422	12.909
Vale International	5.506	4.428	6.578
BHP BMAG	6.093	3.409	18.901
Votorantim GMBH	-	724	-
Total de contas a receber de partes relacionadas	<u>93.048</u>	<u>87.006</u>	<u>162.399</u>
Mercado interno	<u>68.217</u>	<u>62.424</u>	<u>117.537</u>
Mercado externo	<u>24.831</u>	<u>24.582</u>	<u>44.862</u>

Esses saldos são resultantes de transações comerciais e vêm sendo liquidados regularmente nos prazos de vencimento em valor atual atualizado pela variação cambial.

c) Despesas com administradores

Durante o exercício de 2010, a Sociedade registrou como despesas com seus administradores um total de R\$1.709 (R\$1.814 em 2009).

18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31.12.10	31.12.09
Despesas administrativas com serviços	(10.595)	(11.731)
Despesas administrativas com pessoal	(8.541)	(8.131)
Depreciação	(687)	(919)
Outros	(512)	(664)
Total	<u>(20.335)</u>	<u>(21.445)</u>

19. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	31.12.10	31.12.09
Reversão de provisões constituídas	39.628	10.484
Despesa tributos	(2.650)	(1.509)
Outras despesas	(6.419)	(2.936)
Total	<u>30.559</u>	<u>6.039</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO

	31.12.10	31.12.09
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	542	1.801
Depósitos judiciais	28.983	31.327
Outros	953	1.671
Total	<u>30.478</u>	<u>34.799</u>
Despesas financeiras		
Juros de empréstimos	(32.517)	(34.883)
Atualização monetária fechamento de mina	(4.380)	(4.367)
Outros	(5.814)	(5.088)
Total	<u>(42.711)</u>	<u>(44.338)</u>
Atualização monetária processo fiscal - Lei 11.941/09		
Juros processo redução de capital	(74.139)	(165.134)
Total	<u>(74.139)</u>	<u>(165.134)</u>
Variações cambiais		
Ativas	(1.333)	(5.319)
Passivas	11.045	81.243
Total	<u>9.712</u>	<u>75.924</u>

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Sociedade considera que o valor contábil de seus instrumentos financeiros se aproxima do valor justo devido ao vencimento de curto prazo, ou frequente reavaliação destes instrumentos.

A Sociedade contratou em outubro de 2008 uma operação de SWAP para hedge de seu fluxo de caixa referente a 50% de seus contratos de pré-pagamento no valor de US\$50 milhões, equivalente a R\$49.986 em 31 de dezembro de 2010 (R\$75.452 em 2009). O objetivo desse hedge foi o de trocar sua taxa de juros pós-fixada (LIBOR + 0,65%), por uma taxa prefixada de 3,98%.

Durante o exercício de 2010, a Sociedade registrou prejuízo de R\$2.070 (R\$2.173 em 2009) com seu hedge de fluxo de caixa. A perda, que está incluída em despesas financeiras, é referente à parte da variação do valor justo dos instrumentos derivativos excluídos da avaliação da eficácia da cobertura. O hedge de fluxo de caixa resultou em um saldo total de R\$957 (líquido de impostos de 34%), registrado na conta de ajuste de avaliação patrimonial em 31 de dezembro de 2010 (R\$1.419 em 2009).

O resumo da operação é apresentado a seguir:

Descrição	Valor de referência (nacional)		Valor justo		Perda não realizada (antes dos impostos)	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Posição ativa – taxa pós (libor+0,65%)	50.022	75.511	49.134	74.851		
Posição passiva – Taxa pré de 3,98%	50.157	75.711	50.719	77.201		
Posição líquida	<u>(135)</u>	<u>(200)</u>	<u>(1.585)</u>	<u>(2.350)</u>	(1.450)	(2.150)

O efeito do valor justo dessa transação no montante de R\$462, líquido de impostos (34%), foi registrado no patrimônio líquido na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial.

(CONTINUAÇÃO)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais)
22. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2010 a Sociedade mantinha cobertura de seguros para os bens do ativo conforme demonstrado a seguir:

Ramos	Data de vencimento	Cobertura
Riscos nomeados:		
Riscos operacionais (danos materiais e perda de produção)	31/10/2011	VR: 2.703.318 LMI: 348.000
Responsabilidade civil geral (morais e falhas profissionais)	31/10/2011	24.000
Transporte nacional (perdas e danos)	01/08/2011	5.951
Transporte internacional (perdas e danos)	01/08/2011	8.331
Vida em grupo (morte por acidentes – 48 x o salário)	31/07/2011	Até 1.289
Vida em grupo (morte natural – 24 x o salário)	31/07/2011	Até 644
Acidentes pessoais e coletivos	30/06/2011	Por pessoa 250
Responsabilidade civil diretores e administradores – D&O	20/06/2011	19.592
Cascos marítimos (balsas)	07/05/2011	450
Operações aeroportuárias	09/12/2011	87.060
Risco de engenharia	31/12/2011	55.000

VR = valor do risco / LMI = limite máximo de indenização.

23. FUNDO DE PREVIDÊNCIA

O programa de previdência da MRN é composto dos seguintes fundos:

- Fundo Gerador de Benefícios – FGB, destinado a empregados participantes do FGB-PAS, como alternativa para migrar suas reservas;
- Plano Gerador de Benefícios Livre – PGBL, destinado a todos os empregados da MRN e como alternativa para que os participantes do antigo FGB-PAS migrem suas reservas;
- Vida Gerador de Benefícios Livre – VGBL, para todos os empregados que desejarem formar um fundo nesta modalidade.

O programa foi constituído sob a forma de contribuição definida e, portanto, não há riscos atuariais e/ou compromissos adicionais que possam ser atribuídos à patrocinadora.

Durante o exercício de 2010, a Sociedade registrou como despesas as contribuições no montante de R\$2.884 (R\$2.590 em 2009).

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pelo Conselho de Administração em 4 de fevereiro de 2011.

Conselho de Administração

Tito Botelho Martins Júnior – Presidente
 Ronaldo Del Buono Ramos – Conselheiro
 Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão – Conselheiro
 Carlos Augusto Parisi – Conselheiro
 Aquilino Paolucci Neto – Conselheiro
 José Carlos Danza Errico – Conselheiro
 Tor Ove Hostad – Conselheiro

Diretoria Executiva

Júlio César Ribeiro Sanna – Diretor Presidente
 José Adécio Marinho – Diretor de Administração e Finanças

Almerindo Moreira Barroso
 Contador CRC-PA 011036/O – 0
 CPF 437.366.962-72

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
 Acionistas e Administradores da
 Mineração Rio do Norte S.A.
 Oriximiná – PA

Examinamos as demonstrações financeiras da Mineração Rio do Norte S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mineração Rio do Norte S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
 Auditores Independentes
 CRC 2SP 011.609/O-8 “S” PA

José Carlos Monteiro
 Contador
 CRC 1SP 100.597/O-2 “S” PA